

# *Fim das horas extras dará economia de R\$ 20 milhões*

## **Corte também atinge Legislativo e Judiciário**

**O** GOVERNO proibiu a concessão de horas-extras a todos os ocupantes de cargos comissionados, medida que atingirá também os servidores do Legislativo e Judiciário. Cortou, ainda, o pagamento de horas-extras para todos os órgãos da administração pública federal, autarquias e fundações do Executivo, com exceção de hospitais públicos federais, onde espera ter uma economia de R\$ 20 milhões por ano.

Para estancar o crescimento dos gastos com pessoal, durante um ano, a cada três servidores públicos que saírem do funcionalismo serão substituídos por apenas um novo servidor. O ministro Bresser explicou que o objetivo do Governo é de substituir, gradativamente, o servidor que exerce função operacional de nível médio, por servidores de carreiras consideradas essenciais para o estado como as de fiscalização, serviço jurídico, analista financeiro e gestor de política pública. Segundo Cláudia Costin, os servidores de nível médio correspondem, hoje, a 65% da força de trabalho do funcionalismo público, quadro que o Governo pretende mudar, ao priorizar as carreiras de estado.

Não será permitida a contratação de servidores por tempo determinado (contratação temporária), exceto para os casos de professores substitutos, nas Universidades Federais e profissio-

nais na área de saúde, nos hospitais públicos federais. Segundo o ministro Bresser Pereira, os contratos que hoje estão vigorando, não poderão ser revogados. A não contratação temporária de servidores poderá gerar uma economia, a médio prazo, de R\$ 71,4 milhões para o Governo.

As demissões poderão atingir os servidores públicos federais lotados nos estados. A intensão é de unificar as várias delegacias dos ministérios nos estados, como as áreas de recursos humanos e serviços gerais, centralizando todo o serviço em uma só unidade. Para os técnicos do Ministério da Administração, a medida irá dinamizar o fluxo de informações e de resultados, além de economizar recursos humanos, funções comissionadas e até áreas físicas hoje em atividade.

Para viabilizar todos esses cortes, o Governo baixará medidas provisórias e decretos nos próximos dias. Antes de lançar o pacote, o governo já havia economizado cerca de R\$ 1,4 bilhão com auditorias na folha de pagamento e eliminação de privilégios dos servidores públicos. Mas, para realizar cortes mais profundos e demissões de milhares de servidores, era preciso uma "circunstância para que tais medidas de ajuste fossem tomadas. Tenho certeza de que a sociedade está apoiando as medidas adotadas pelo Governo", afirmou Bresser.